

Ata de reunião Comissão de elaboração de normas internas e acompanhamento de suas implementações, com relação às Atividades Docentes no IFSP– Nº. 02/2015

Aos sete dias do mês de abril de 2015, às quatorze horas e vinte minutos, em que estiveram presentes os professores Amauri dos Santos, do *campus* São Paulo, Domício Moreira Silva Júnior, do *campus* Votuporanga, Tatyana Murer Cavalcante, do *campus* Bragança Paulista, professor Artarxerxes Tiago Tácito Modesto, *campus* Cubatão, Walter Luiz Andrade de Oliveira, do *campus* Campos do Jordão, Fernando Barros Rodrigues, do *campus* Presidente Epitácio, Luiz Henrique Geromel, do *campus* Piracicaba, Rogério Tadeu da Silva, do *campus* São Roque, Robson Ferreira Lopes, do *campus* Guarulhos, Crounel Marins, representante da Reitoria, Carlos Frajuca, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, reuniu-se pela 2ª (segunda) vez, por videoconferência, a Comissão Central de elaboração de normas internas e acompanhamento de suas implementações, com relação às Atividades Docentes. A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão Central, Professor Amauri dos Santos, que apresentou a importância da criação das Comissões Locais, com o envolvimento das CAAD (Comissão de Área para Atribuição Docente) dos *campi*. O professor Marins ressaltou a necessidade de se existirem tais Comissões Locais, para que estas sejam a ligação dos *campi* com a Comissão Central, informando ainda que, mesmo nos *campi* onde existam representantes na Comissão Central, deverão ser criadas as Comissões Locais para que não haja sobreposição dos papéis dos membros das Comissões Central e Local. Informou ainda quais foram os critérios adotados pela Reitoria no momento da composição da presente comissão, em que os atuais membros foram indicados pelos membros da Comissão que elaborou o texto da Resolução 112 e também por membros da desta que manifestaram interesse em participar do processo de acompanhamento da implantação e também da criação das devidas regulamentações que o texto original carece. O professor Marins ainda se responsabilizou por comunicar os Diretores dos *campi* para a necessidade da criação das Comissões Locais. O professor Rogério enfatizou que os membros da Comissão Local devam, de alguma forma, estarem ligados às CAAD, mas ressaltou que estes deveriam ser membros eleitos da CAAD, para não sobrecarregar as atividades dos Coordenadores que são membros natos desta. Desta forma, ficou decidido que cada *campus* deverá indicar um representante para ser o elemento de ligação com a Comissão Central, mas que, em função do número de docentes e especificidades de cada *campus*, o número de participantes da Comissão Local ficará a critério do próprio *campus*. Esta comissão sugere que a Comissão Local seja implantada por meio de um processo de eleição ou consulta na comunidade local. Estas Comissões Locais terão o papel de promover assembleias, discussões, levantar dúvidas e elaborar sugestões em relação aos pontos polêmicos da Resolução 112. Encerrado este item, o professor Amauri informou a preocupação de alguns docentes em relação ao que será feito por esta comissão. O professor Robson informou que em Guarulhos não existem grandes problemas na implantação, e que faltam apenas algumas regulamentações. Informou ainda que alguns docentes reclamam do trâmite e do formato dos documentos. O professor Walter questionou sobre não uniformidade em algumas atividades, como por exemplo, a carga horária das atividades de pesquisa. Neste caso, a professora Tatyana entrevistou, dizendo que as vezes esta disparidade se dá em função do tipo do projeto desenvolvido, etc, comentou ainda que no momento da elaboração da minuta que gerou a Resolução 112, a comissão discutiu e chegou à conclusão de que as regulamentações destas atividades caberiam às Pró-Reitorias envolvidas. O professor Geromel comentou que, além destas regulamentações que deverão ser propostas pelas Pró-Reitorias, o *campus* poderia ter autonomia para criar suas próprias regras, em função das especificidades locais. O professor Marins comentou que a Resolução 112 deva permitir estas ações locais, muito embora o texto original não deixa esta possibilidade explícita, sendo assim, é necessário que haja uma nova redação que torne isto possível. O professor Frajuca se comprometeu a enviar as minutas que estão sendo criadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa. O professor Marins questionou aos membros da antiga comissão com foi pensado o critério de 01 (um) ano do período de implantação constante no Artigo 21, da Resolução 112, pois da margem para interpretações diversas em relação ao seu término, pois já é possível vislumbrar problemas na atribuição do primeiro semestre de dois mil e dezesseis, pois poderão existir aulas não atribuídas. Ressaltou que, estes problemas localizados deverão ser resolvidos de forma colegiada, mas alguns docentes podem se negar aceitar, visto que a resolução não permite, de forma explícita, que os *campi* podem criar regulamentações internas. O professor Walter questionou sobre o fim das coordenações de área, que possuem um papel importante na Resolução em pauta. O professor Geromel sugeriu que seja feita uma consulta para decidir se o coordenador de área continue ou não no regimento do IFSP, mas entende que está não deva ser uma ação

desta Comissão. Discutiui-se muito sobre este tema, com informações divergentes, e neste momento, o professor Marins convidou o professor Whisner, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional para explicar a atual situação dos coordenadores de área. Com a palavra, o professor Whisner explicou que cada *campus* possui uma quantidade limitada de Cargos de Direção (CD), Função Gratificada (FG) e Função de Coordenação de Curso (FCC), a saber: um CD2 (Diretor Geral), dois CD4 (gerentes), quatro FG1, oito FG2 e oito FCC, e como o organograma não está decidido, a PRD está aceitando nomeações “despadronizadas”, permitindo que alguns *campi* fiquem sem a figura dos coordenadores de área. Explicou também que o Colégio de Dirigentes que irá definir este organograma para posterior ratificação pelo Conselho Superior. Informou ainda que, em função das discussões ocorridas no Colégio de Dirigentes, ele entende que as áreas poderão ser realmente extintas, por conta do número limitados de funções gratificadas, mas que, no presente momento, nada está definido, portanto, a coordenação de área não foi extinguida pela Reitoria. Terminada a explanação, o professor Whisner se retirou da sala, desejando a todos um bom trabalho. Continuando as discussões acerca da coordenação da área, esta comissão entende que, para solucionar o problema de que a figura do coordenador de área aparece como presidente da CAAD, nos *campi* ou nas áreas que não existam mais esta função, os próprios membros da CAAD poderão eleger o presidente. Para que isto possa ocorrer, é necessário que seja criado um dispositivo na Resolução. Finalizando a reunião, o professor Marins fez um resumo das decisões: 1) criação das comissões locais, sendo função do próprio professor Marins a comunicação com os Diretores, 2) solicitar aos diretores às demandas por eles levantadas, também a cargo do professor Marins, 3) criação de um e-mail para esta comissão centralizar as discussões, 4) solicitar à Pró-Reitorias as minutas e/ou regulamentações pertinentes para suas atividades dentro das atribuições docentes e 5) a próxima reunião será realizada no dia vinte e quatro de abril, sexta-feira, às dez horas, também por videoconferência. Sem mais a tratar, o professor Amauri dos Santos encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, agradecendo a todos pela presença e pelo bom andamento dos trabalhos. Eu, Domicio Moreira da Silva Júnior, lavro a presente Ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes à reunião.